



LEI MUNICIPAL Nº 557/2010

De, 19 de maio de 2010

*“Dispõe sobre a Contratação de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Art. 97 da Lei Orgânica deste Município e dá outras providências.”*

**GERSON ROSA DE MORAES**, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1.º** - Em conformidade com art. 87 da Lei Orgânica do Município, e para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, até a realização do Concurso Público, autorizado a efetuar contratação por tempo determinado.

**Art. 2.º** - Considerando-se necessidade temporária de excepcional interesse público, toda aquela de cujo atendimento não pode prescindir a coletividade, em especial nos Setores da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Saúde.

**Parágrafo Primeiro** - Para atendimento das atividades, relacionam-se as quantidades, cargos, carga horária e valores por categoria funcional, nas Tabelas abaixo relacionadas:

**LIMPEZA PÚBLICA, ESTRADAS, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS:**

QUANT.	CARGO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO R\$
01	Engenheiro Civil	40 hs/semana	2.000,00

**SMS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:**

QUANT.	CARGO	CARGA HORÁRIA -	SALÁRIO R\$
01	Médico do Trabalho	40hs/semana	1.200,00

**Art. 3.º** - Os contratos firmados de acordo com esta Lei, extinguirão-se-á:

I - Pelo término do prazo contratual;

II - Por iniciativa do contratado;

III - Descumprimento por parte do Contratado das cláusulas contratuais, apurado em processo de sindicância.

**Parágrafo Primeiro** - A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

**Art. 4.º** - O contrato será regido pelo Estatuto do Servidor Público do Município de Pontal do Araguaia

**Art. 5.º** - O prazo da contratação estará limitado à vigência, no âmbito do município, dos programas administrativos que as provocaram, devendo os contratos encerrarem-se, impreterivelmente, em **31 de dezembro de 2010**.

**Art. 6.º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia -MT, 19 de maio de 2010

  
**GERSON ROSA DE MORAES**  
PREFEITO MUNICIPAL